

A IMPORTÂNCIA DOS MUSEUS LOCAIS EM PORTUGAL¹⁴

Judite Primo¹⁵

O alargamento da noção de património, e a conseqüente redefinição de "objecto museológico", a ideia de participação da comunidade na definição e gestão das práticas museológicas, a museologia como factor de desenvolvimento, as questões de interdisciplinaridade, a utilização das "novas tecnologias" de informação e a museografia como meio autónomo de comunicação, são exemplos das questões decorrentes das práticas museológicas contemporâneas.

Se de facto a Museologia em Portugal pretende continuar a participar no processo de renovação internacional da Museologia, torna-se evidente que deve (re) pensar a Museologia teórica e prática de forma adequada às novas solicitações:

- o lugar da museologia na sociedade contemporânea;
- o papel social do museu na sociedade contemporânea;
- museologia como reflexo do pensamento contemporâneo;
- museologia como vector de desenvolvimento;
- museologia de ideias /museologia de objectos;
- a relação museu/ comunidade/ património;

¹⁴ Texto Extraído da Dissertação de Mestrado: "Museus Locais e Ecomuseologia: Estudo do Proj. Para o Ecomuseu da Murtosa. 2000."

¹⁵ Mestre em Museologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias e Doutoranda no Departamento de Estudos Contemporâneo Português na Universidade Nova de Lisboa.

- poder de decisão autocrático ou partilhado;
- expografia produto/ expografia processo;
- expografia de objectos herdados/ expografia de objectos construídos;
- acervo de colecções / gestão ampla da informação;
- novas tecnologias como recurso ou como falso atractivo;
- estatísticas / serviços educativos ; e
- acção cultural/ fabricação cultural.

Neste sentido, a renovação na museologia implica renovação de mentalidades, renovação das técnicas para uma melhor adequação da teoria e da prática museológica, renovação e formação dos corpos técnicos e administrativos. Somente com a renovação a acção museológica poderá reflectir-se nos processo de desenvolvimento, fazendo uso da interdisciplinaridade, do saber fazer, do aprendizado em comunhão, da troca de experiências, da memória colectiva e da educação de carácter libertador e dialógico.

4.3. OS MUSEUS LOCAIS EM PORTUGAL.

O fenómeno dos Museus Locais pode ser entendido como um processo , localizado um pouco por todo o país, que caracteriza as instituições museológicas criadas desde meados dos anos 70 em Portugal. Fruto de iniciativas locais no âmbito de associações culturais, de defesa do património ou das próprias autarquias, defendem uma nova perspectiva museológica assente na participação comunitária, na dinâmica do património e da memória e na inserção do museu no seio das diferentes comunidades como factor de desenvolvimento.

As mudanças no panorama museológico português após o 25 de Abril podem ser, segundo Mário Moutinho¹⁶, divididas em quatro fases, que são:

Primeiro Fase: A afirmação das possibilidades de outras práticas museológicas:

- aparecimento dos ecomuseus;
- ecomuseu do Seixal como o primeiro ecomuseu em Portugal;
- debate entre a nova museologia versus museologia tradicional;
- divulgação em Portugal das linhas expostas na Declaração de Santiago;
- alheamento do ICOM e da comissão nacional do ICOM acerca dos debates e de todos esses processos.

Segunda Etapa: Ausência de uma oposição consistente por parte dos museus do Estado:

- reforço das associações e autarquias na criação de instituições culturais;
- recuperação, por parte dos museus tradicionalmente instituídos das “ideias novas”;
- democratização da ideia de museu;
- os debates das Jornadas sobre a função social do museu começa a enveredar para o caminho da discussão sobre os conceitos: alargamento da noção de património; formas participativas de gestão do museu e dos bens patrimoniais;
- a busca do lugar do profissional no cerne do museu: museólogo/ conservador, museólogo/ militante, militante/ profissional, profissional/ técnico.

Terceira Fase: Solidificação da Segunda fase e a Museologia reconhecida como disciplina pela Universidade:

- criação do primeiro curso universitário em 1989;
- criação pela CEE de programas voltados para o desenvolvimento local e a inclusão da acção museológica e do património nesses programas.

¹⁶ Cf.: MOUTINHO, Mário. Museus locais em Portugal após o 25 de Abril. Palestra proferida em 1998.

Quarta Fase: Museologia entendida enquanto recurso:

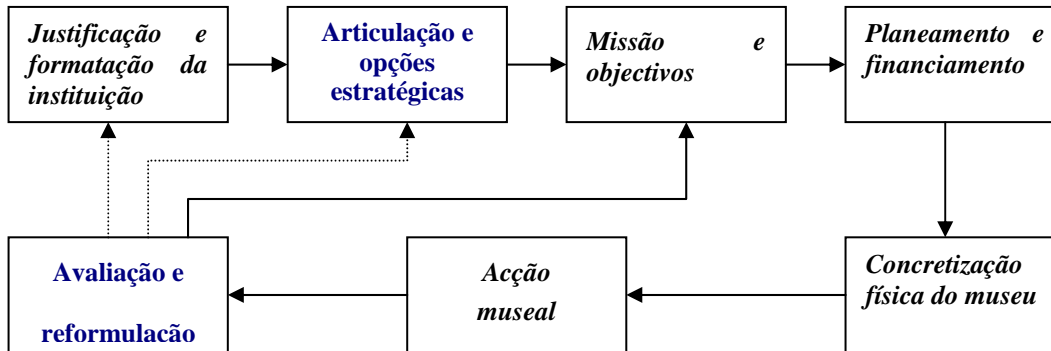
- entendimento do património enquanto noção abrangente dos aspectos culturais, naturais, paisagístico, geológicos, etc.;
- museologia entendida como meio de comunicação e possui função educativo;
- museus enquanto objecto de planeamento, integrando vectores variados;
- museologia enquanto meio e não mais como um fim em si mesma.

Deste modo podemos identificar os museus locais como os museus que consideram a sua intervenção patrimonial como o meio indicado para atingir os objectivos que levam ao desenvolvimento dos contextos territoriais em que estão inseridos. Assumem formas e meios bastantes diversos, representando assim vários graus de conceitualização. A sua intervenção não se resume ao trabalho com as colecções, assumindo, na sua generalidade, uma interferência, entre outros aspectos, na área da valorização dos recursos locais, valorização patrimonial, valorização de aspectos culturais, apoio ao ensino, fomento do emprego e formação profissional.

Assim sendo, é importante entendermos que gerir um museu local pressupõe equipá-lo de forma a poder lidar com um acervo de difícil e em constante mudança. A riqueza desses museus assenta, exactamente, nos processos de transformação e mudança que englobam a vida de uma localidade. Com base numa lógica que se estrutura em duas vertentes de coerência interna: a cronológica e a temática, Fernando João Moreira elaborou um quadro no qual é possível estabelecermos as interligações temáticas do tipo causas/efeitos no processo de criação de um museu local que seja estruturado em vista do desenvolvimento local.

Esquemáticamente, teremos:

Quadro nº 7



Fonte: Fernando João Moreira 1999.

Mário Moutinho chama a atenção para perigos que muitos Museus Locais correm ao sucumbirem à tentação de assumir responsabilidades e tarefas que cabem aos Museus Nacionais.

“São casos em que a colecção material assume um papel dominante em relação à colecção imaterial, sabendo nós, que o que faz a especificidade de cada comunidade não é tanto a diversidade dos seus artefactos mas sim a natureza dos seus problemas de desenvolvimento.”(MOUTINHO, 1989:47)

O perigo apresenta-se no momento em que esses museus locais pretendem assumir características e funções que não lhe são próprias, sucumbindo à ideia de que é necessário a existência de uma exposição permanente e de uma colecção, sem que para isso tenham assegurado as condições necessárias para a manutenção desses encargos. Referimo-nos aos museus locais que não estando voltados para as necessidades das comunidades onde estão inseridos, ou seja, os que são concebidos para um público exterior. Desobrigando-se, assim, de assumir a sua verdadeira função que é a de actuar como instrumento de difusão cultural e patrimonial de importância e impacto local.

O grande desafio que se coloca no panorama dos museus locais é a sua capacidade de funcionar, por um lado, como um instrumento de desenvolvimento pessoal e, por outro, como instrumento de desenvolvimento local. Entretanto, para que isso ocorra é fundamental que esses museus assumam que a sua intervenção se insere também¹⁷:

- na discussão e busca de solução dos problemas dos indivíduos enquanto pessoas e enquanto seres que fazem parte de uma colectividade;
- na interpretação e intervenção comunitária; e
- na importância que assumem os processos de intervenção.

Uma instituição assim definida (questionadora, interventora e independente) pode desempenhar um papel fundamental em

¹⁷ Cf.: MOREIRA, Fernando João. O processo de Criação de um museu local. 1999.

qualquer processo de desenvolvimento local, justificando assim a sua utilidade e importância para a comunidade local, com a certeza que, desde que haja problemas e vontade de enfrentá-los, não se transformará numa instituição supérflua.

O Museu Local, enquanto promotor de desenvolvimento, não pode actuar de forma descontextualizada dos problemas locais da sua área de influência e das pessoas que formam a comunidade local, ou seja, o museu não pode desvincular-se dos problemas da contemporaneidade como consequência de poder vir a actuar em isolamento. Assim sendo, é necessário que a instituição realize um conjunto de estudos preliminares que poderão instrumentalizar o museu acerca do panorama envolvente como também capacitá-lo a desenvolver linhas estratégicas para a sua intervenção. Segundo Fernando João Moreira, os Museus Locais no sentido de proceder ao diagnóstico da situação concreta de inserção, precisam de:

- i. *“efectuar um levantamento exaustivo de todos os trabalhos, estudos e instrumentos de planeamento com abrangência na área de influência do museu;*
- ii. *procede à análise dos referidos instrumentos no sentido de sintetizar os diagnósticos efectuados e de apurar, às diversas escalas, as estratégias de desenvolvimento existentes;*
- iii. *desenvolver uma reflexão crítica sobre as diversas matérias apuradas;*
- iv. *iniciar os estudos considerados necessários no sentido de actualizar os diagnósticos e/ou precisar/complementar as estratégias de desenvolvimento preexistente”*(MOREIRA, 1999: 5)

Segundo o mesmo autor, somente após esse trabalho, o Museu Local será capaz de obter, de forma clara, os componentes locais referentes às: potencialidade, estrangulamentos; ameaças e oportunidades (diagnósticos), bem como definir os objectivos estratégicos de desenvolvimento e, os vectores estratégicos de actuação. Concluída essa etapa é que se coloca a questão do Museu definir, de forma articulada com as componentes citadas, a seu próprio plano de acção.

A acção do Museu como instrumento de desenvolvimento local, na percepção de Fernando João Moreira, assenta em dois domínios:

- domínio Interno, que é entendido como a acção museológica que visa, directamente, a promoção do bem-estar, material e imaterial, da população da sua área de influência;
- domínio Externo, que é entendido como a acção museológica que visa, indirectamente (p.e.: através da captação de fluxos financeiros exógenos), a promoção do bem-estar material e imaterial da população. (Ver Quadro nº 8)

No caso do Domínio Interno identificam-se oito vectores de intervenção a saber:

- promover a identidade local através de estudos, exposições e/ou outras acções que colaborem para evidenciar aspectos relevantes da história local;
- promover a identidade territorial dos habitantes;
- promover os laços inter-pessoais no sentido de sedimentar a construção da ideia de comunidade;
- promover a integração do novos habitantes e/ou grupos marginalizados através da divulgação das bases identitárias dos locais de acolhimento, exploração e divulgação dos contornos culturais próprios e dos problemas específicos dos grupos carenciados de integração e, por fim, o fomento de acções concretas de carácter colectivos capazes de promover a cooperação inter-grupos em torno da resolução de problemas;
- promover um ambiente de dinamismo individual e colectivo;
- promover e viabilizar acções de formação na área de influência do museu e que se adequem às estratégias de desenvolvimento local e do museu;
- promover outras acções que estejam relacionadas com a intervenção do museu, a população e os problemas existentes na sua área de influência.¹⁸

¹⁸ Cf.: MOREIRA, Fernando João. O processo de criação de um museu local. 1999.

No âmbito do Domínio Externo, que se caracteriza por um conjunto de iniciativas a ser desenvolvido para o exterior da sua área de influência e/ou voltado para elementos de proveniência externa, procurando captar mais valias susceptíveis de estimular o desenvolvimento local. Neste aspecto, revela-se pertinente, de acordo com o autor supra citado, os cinco vectores abaixo relacionados:

- promover o potencial turística local, através, por um lado, da concepção de um museu que desempenhe a função de pólo turístico e, por outro lado, concretizando acções específicas que busquem atingir esse objectivo;
- promover a visibilidade externa do local, através da divulgação das características patrimoniais;
- promover e valorizar os produtos locais de base tradicional; e
- promover os valores locais tendo por objectivo a educação patrimonial de turistas e visitantes, promovendo, assim, um turismo que se caracterize por ser responsável e comprometido com a sustentabilidade e a dinâmica de base local.¹⁹

A opção do museu entre o plano interno e o plano externo, condicionará a sua própria política estratégica, assim como a sua natureza de intervenção e a sua relação com os utilizadores/construtores.

“No primeiro caso, acento tónico na acção interna, o museu, para ser cabalmente eficaz, terá que se assumir, sobretudo, como um museu despoletador de processos de acção directa, em que, na maioria dos casos, o grosso dos benefícios se obterá através dos próprios processos que levam aos produtos/objectivos (p. e., a exposição temporária será importante sobretudo na sua fase de concepção/construção, enquanto catalisadora do encontro de saberes, promotora do diálogo criador e geradora do confronto susceptível de promover a resolução de contradições, a exposição-processo). No pólo oposto, a acção virada para o exterior, o museu dever-se-á assumir, primordialmente, como um espaço

¹⁹ Cf.: MOREIRA, Fernando João. O processo de criação de um museu local. 1999.

de contemplação, no qual os efeitos induzidos derivam sobretudo da qualidade dos produtos finais obtidos (p. e., a exposição temporária será importante na medida dos efeitos produzidos em quem a contempla, a exposição –produto)”.(MOREIRA, 1999:09)

Para além das diferenças que cada um desses planos, ou opções museológicas, possam assumir na prática museológica, é necessários que estes possam ser assumidos pelos museus locais na sua plenitude e sem complexos, para melhor definir a formatação dessa instituição, assim como a sua prática museológica de acordo com as características próprias de uma instituição que se define como vector de desenvolvimento local.

Fernando João Moreira, diz-nos, ainda, que um museu local que se assume ao serviço das populações deve intensificar a vertente interna da sua acção do seguinte modo a que:

- i) *“promova a experiência colectiva;*
- ii) *incentive os processos de participação e reflexão;*
- iii) *assuma a importância de todos os saberes, independentemente do seu carácter profissional ou científico;*
- iv) *privilegie os processos mais do que os produtos finais;*
- v) *seja concebido e construído pela população, eventualmente com o suporte técnico de museólogos;*
- vi) *seja gerido, por e para a população;*
- vii) *seja avaliado não só em função de parâmetros económicos, mas também em termos da sua prestação no domínio social.” (MOREIRA; 1999:14)²⁰*

Um museu local assim definido, mais facilmente poderá trabalhar nos processos de desenvolvimento locais, desde que sejam capazes de assumir a força criadora da população, agindo como o somatório das iniciativas colectivas.

²⁰ MOREIRA, Fernando João. O processo de criação de um museu local. 1999.

Nessa medida, o Inquérito do IPM/ OAC não dá conta dessa dinâmica e do significado dos Museus Locais em Portugal. Com excepção dos dados referentes e já tratados sobre a descentralização e a data de criação dos museus, pouco mais é referenciado acerca dos Museus Locais. Mas estes estão plenamente contemplados na política comunitária europeia no âmbito das seguintes intervenções:

- a) Programas de Iniciativa Comunitárias (PIC) entre os quais se destacam o Programa LEADER e o Programa INTEREG;
- b) Quadro Comunitário de Apoio III (QCA), através dos Programas Sectoriais e dos Programas Regionais.

Dentro dos Programas de Iniciativa Comunitária (PIC), o Programa LEADER é aquele que teve maior impacto no tecido museológico nacional como se verifica através dos projectos aprovados no domínio dos museus, nos anos de 1995-99, e que vão desde a recuperação de peças tradicionais, passando pela musealização de sítios e a reconstrução ou criação de museus e ecomuseus.

Dentro do Quadro comunitário de Apoio III (QCA), aprovado para o período de 2000-2006, foram definidas três prioridades estratégicas fundamentais:

- a promoção da coesão económica e social, no sentido de privilegiar o crescimento sustentável e a competitividade regional, por forma a assegurar a criação de emprego;
- a coerência entre o crescimento económico, a coesão social e a protecção do ambiente, visando estimular o desenvolvimento sustentável, não só no sentido de integrar o ambiente nas políticas prosseguidas mas também no de garantir a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres;
- equilíbrio no desenvolvimento territorial, como requisito para a articulação das políticas concretizadas e como exigência para o estabelecimento de parcerias eficazes e actuantes.²¹

²¹ Cf.: Quadro Comunitário de Apoio III 2000-2006.

Em relação à cultura, o QCA III contempla aspectos essenciais da política cultural, integrando duas intervenções de carácter nacional:

- reforçar a cultura como factor de desenvolvimento e de emprego;
- promover um maior equilíbrio espacial no acesso a cultural.

Para o Programa Operacional Cultura foram definidos pelo QCA III dois domínios prioritários de intervenção, a saber:

1- Valorizar o património histórico e cultural

- A recuperação e valorização de imóveis classificados como património histórico, podendo incluir obras de intervenção e, edificações e, a construção ou adaptação de equipamentos complementares de apoio aos visitantes.
- A realização de actividades culturais inovadoras, que contribuam para a revitalização do património reabilitado e para a criação de emprego. Será dada prioridade às acções em locais que, por disporem dum valioso património histórico e cultural, sejam susceptíveis de potenciar fluxos turísticos significativos e de contribuir, através do desenvolvimento de actividades de âmbito cultural, social e educacional das populações.
- A reestruturação dos principais museus nacionais, incluindo a recuperação dos edifícios e do património móvel que se integre no seu espólio, a adaptação de espaços de utilização pública e de equipamento complementar de apoio aos visitantes, das infra-estruturas envolventes e dos arranjos exteriores, bem como acções complementares susceptíveis de contribuir para transformar os museus em pólos de atracção turística.

2-Favorecer o acesso a bens culturais.

- A melhoria das condições de oferta dos espaços adequados à realização de actividades culturais, visando a constituição duma rede nacional equilibrada, através da construção, adaptação e equipamento de recintos culturais
- Acções de promoção de actividades culturais no âmbito das artes do espectáculo, que concorram para o estabelecimento e apoio na fase de arranque desse tipo de espaços, para o

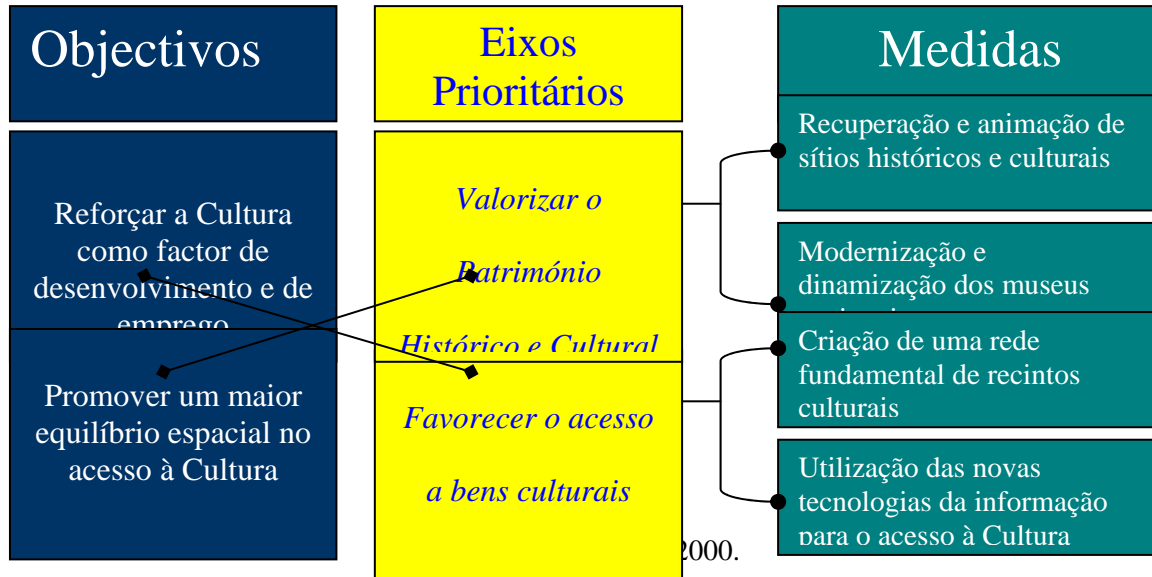
aparecimento de agentes culturais e profissões conexas, e para a criação de novos públicos e hábitos de consumo cultural das populações – com o objectivo global de reduzir as assimetrias existentes entre as diferentes regiões do país.

- iniciativas públicas que contribuam para divulgar a informação cultural, através da utilização das novas tecnologias de informação, ou para facilitar a aproximação da cultura ao indivíduo e à sociedade.
- Consideram-se, muito especialmente, as possibilidades oferecidas pela Internet e outros veículos digitais. Por esse motivo, este domínio dará atenção especial à digitalização e informatização dos acervos públicos de carácter cultural para fins de divulgação pública, incluindo, designadamente, as seguintes acções:
 - rede de informatização dos museus;
 - inventariação e digitalização do património cultural;
 - inventariação e digitalização de acervos arquivísticos, de fundos bibliográficos e de
 - fotografia;
 - criação de bibliotecas digitais;
 - apoio à Rede Informática de Leitura Pública (RILP).²²

Em todos os Programas Operacionais Regionais (POR) a cultura está contemplada no “Eixo Prioritário III: Intervenção da Administração Central Regionalmente Descentralizada”. As medidas sectoriais desconcentradas referem-se aos domínios da Educação, do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social, da Sociedade de Informação, da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Saúde, do Desporto, da Agricultura e Desenvolvimento Rural, das Pescas, da Economia, das Acessibilidades e Transportes e do Ambiente e da Cultura.

²² Cf.: Quadro Comunitário de Apoio III 2000-2006.

Quadro 9: Estrutura do Programa Operacional da Cultura



A distinção fundamental entre as acções de incentivo à cultura definidas pelos Programas Operacionais Regionais e pelo Programa Operacional da Cultura (POC) assenta no facto de que o Programa Sectorial (POC) deve apoiar os projectos de âmbito e importância nacional e internacional, concentrados em imóveis e locais que se encontram tutelados aos serviços centrais do Ministérios. Já as componentes regionalmente descentralizadas das intervenções no sector da cultura e acolhidas pelos POR, visam o apoio a projectos de recuperação de imóveis de valor patrimonial e são formadas por projectos de menor dimensão relativamente aos apoiados pela intervenção sectorial correspondente.

Estas medidas desconcentradas da cultura buscam o estabelecimento de parcerias com entidades regionais, como as autarquias locais, ou com associações de âmbito privado e outras entidades públicas e privadas, em particular as entidades proprietárias dos imóveis e locais abrangidos (como, por exemplo, as autoridades eclesiásticas). Pretende-se estimular uma participação activa das entidades de âmbito regional na definição das prioridades de investimento no sector da Cultura, com vista a obter uma maior eficácia e eficiência na afectação dos recursos disponíveis.²³

Em relação à conservação e valorização do património natural, os Programas Operacionais Regionais (POR) apoiam acções com incidência geográfica em áreas integradas na Lista Nacional de Sítios, nas Zonas de Protecção Especial, nas áreas com estatuto de protecção consideradas em Convenções Internacionais, nas áreas com o estatuto de Diploma Europeu, nas Reservas da Biosfera ou Reservas Biogenéticas e nas áreas com relevância para a conservação da natureza. As acções que dizem respeito à valorização e protecção dos recursos naturais regionalmente desconcentradas, incidem sobre os projectos de requalificação ambiental da faixa costeira, de pequena dimensão e incidência.

De forma genérica, podemos sintetizar os objectivos dos Programas Operacionais Regionais na componente sectorial

²³ Cf. Programas Operacionais da Região Centro, Norte, Alentejo e Algarve. 2000-2006.

desconcentrada da cultura, do ambiente e da valorização do ambiente e do património rural da seguinte forma:

- recuperar/ preservar o património (histórico, arquitectónico, cultural, ambiental...);
- recuperar/ preservar imóveis de inegável valor patrimonial;
- recuperar/ preservar castelos e fortalezas;
- recuperar/ preservar sítios arqueológicos;
- valorizar a cultura e o património, promovendo a criação dos espaços adequados;
- reforçar os seguimentos do comércio tradicional e especializados;
- aumentar a capacidade de satisfação de bens e serviços essenciais nas áreas sociais, do lazer, desporto e cultura;
- criar ambientes estimuladores da curiosidade e interesse pela ciência e difusores da cultura científica;
- estimular a aprendizagem experimental;
- promover o desenvolvimento sustentável da região e a melhoria dos padrões de qualidade ambiental;
- integrar o ambiente nos planos e programas de desenvolvimento regionais;
- promover uma gestão criativa dos recursos e do património natural e cultural;
- impulsionar a conservação e valorização do património natural em parceria com uma estratégia de conservação da natureza;
- preservar e valorizar a identidade dos pequenos aglomerados rurais, potenciando o seu desenvolvimento económico;
- aproveitar os recursos naturais de paisagem para fins económicos, sociais e de lazer;
- valorizar os recursos marinhos, agro-florestais e minerais;
- valorizar e promover os espaços rurais e de baixa densidade;
- promover a qualidade ambiental; e

- valorizar e preservar os sistemas naturais e naturalizados com interesse biológico e paisagístico.²⁴

Como podemos constatar pelos objectivos apresentados nos POR através do Eixo Prioritário III, as estratégias de desenvolvimento adoptadas apontam para o incentivo de acções de cunho cultural e patrimonial, que se caracterizam por serem diversificadas, integradas e equilibradas, combinando, ao mesmo tempo, o apoio às actividades tradicionais com o incentivo às actividades mais recentes de salvaguarda dos valores ambientais.

O Programa Operacional da Cultura (POC), integra-se no Eixo 1 do Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) de Portugal para o período de 2000-2006. Tem por objectivo elevar o nível de qualificação dos portugueses, promover o emprego e a coesão social. Mesmo fazendo parte do Eixo 1, o POC contém em si potencialidades que fazem com que concorra para cumprir os objectivos centrais de outras intervenções Operacionais. Neste sentido o Ministério da Cultura acredita que o POC deverá contribuir para: a promoção de emprego e coesão social, o desenvolvimento do perfil produtivo do País, o desenvolvimento sustentado das regiões, a coesão social, a protecção do ambiente e a igualdade de oportunidades.

O POC surge como primeiro programa que possui directivas e metas específicas para os museus. A primeira vista podemos identificar esse facto como algo estimulante e inovador, visto que inserem a problemática museológica nos programas de incentivo, valorização e preservação dos aspectos culturais. Entretanto, essas directivas estão todas elas voltadas para os museus nacionais, tutelados em sua maioria pelos Ministérios, o que só vem a demonstrar que mesmo com todas as iniciativas comunitária para o incentivo dos aspectos culturais locais o Ministério da cultura continua com uma política cultural marcadamente elitista e excludente.

²⁴ Cf.: Programas Operacionais Regionais do Centro, Norte, Alentejo e Algarve 2000-2006.

Como vimos, a intervenção comunitária no desenvolvimento do país tem uma forte sustentação nas políticas de intervenção a nível local, estabelecendo permanentemente uma relação estrutural entre cultura e desenvolvimento.

Neste sentido, os museus locais que, num passado recente, eram encarados como factores menores na política cultural oficial, são hoje reconhecidos pela União Europeia como elementos essenciais dessa mesma política. Aqui, reencontramos os princípios orientadores dos documentos “fundadores” da estrutura teórica da nova museologia como suporte das orientações comunitárias.

Esta constatação permite-nos verificar até que ponto o Ministério da Cultura age de forma contraditória já que, embora transcrevendo nos mesmos princípios, propõe uma afectação de 80% dos recursos disponíveis do POC aos monumentos e museus tradicionalmente instituídos e de carácter nacional. Este desfasamento não se observa no entanto nos Programas Operacionais Regionais e muito menos nos Programas de Intervenção Comunitária LEADER, que como vimos reflecte a dinâmica museológica de âmbito local.

Assim, a política comunitária tem servido como vector para a promoção e divulgação, em todo território nacional, dos museus de carácter local e regional e em última análise, contribuindo para a afirmação dos princípios e práticas da Nova Museologia.